



APRESENTAÇÃO

Num momento em que o Governo Federal se move para criar e consolidar sua Política Nacional de Juventude, organizações e movimentos de juventude se organizam e montam espaços próprios para se articular e debater que tipo de política de juventude queremos.

Se políticas públicas podem ser entendidas como ações que têm por fim atender às necessidades da sociedade, organizações da sociedade civil e governo têm responsabilidade pela questão. Afinal, o governo foi instituído para defender interesses coletivos e a sociedade se organiza pelo mesmo motivo. As juventudes - diretamente afetadas pelas ações governamentais e não-governamentais em diversas áreas como saúde, educação, transporte, geração de renda, cidadania, entre outras - precisam participar e contribuir com a formulação, gestão e avaliação desse processo político.

Com a clara visão de como o processo de implantação da Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Juventude e do Programa de Inclusão de Jovens - PRO-JOVEM - deve ser conduzido, cerca de 40 organizações se articularam na inédita realização de uma força tarefa para avaliar ações governamentais com impacto nesse segmento populacional.

O primeiro passo desse processo foi a disseminação de nosso instrumento base de trabalho, o toolkit das Nações Unidas *"Tirando os Acordos do Papel - um*

manual para jovens avaliarem a política nacional de juventude". Cabe aqui ressaltar que sem o interesse inicial da Conselheira Jovem do PNUMA para a América Latina e Caribe, Sra. Camila Godinho, também membro da organização Grupo Interagir, a versão em português desse documento sequer estaria disponível, visto que nosso idioma não consta como língua oficial das Nações Unidas.

Tendo disponível então a ferramenta básica, foi iniciada ainda em 2004 uma série de ações que visaram ampliar o acesso a essa pauta jovem internacional, inclusive para aqueles que nunca viajaram para o exterior. No Fórum Social Mundial, um encontro que é uma das maiores, se não a maior referência para a articulação de movimentos sociais no país e no mundo, foi oferecida uma oficina para cerca de 70 pessoas sobre como usar o referido manual. A oficina integrava uma proposta de encadeamento de atividades focadas na juventude, liderada por 4 organizações: Academia de Desenvolvimento Social, Global Youth Action Network, Grupo Interagir e Instituto do Baixo Sul da Bahia. Esse processo resultou em mais de 15 propostas construídas por jovens, dentro de um Fórum Social Mundial que produziu cerca de 400.

Após estas atividades a equipe teve uma grata surpresa: a oportunidade concedida pela ONU para que o Grupo Interagir fosse uma das 12 organizações do mundo a estar presentes no encontro consultivo sobre o Plano Mundial de Ação para Juventude – PMAJ – realizado em fevereiro de 2004, em Nova Iorque, o que foi com certeza um impulso fortíssimo para que insistíssemos na tarefa de articular mais organizações a se envolverem no processo.

Nessa articulação, pegamos carona em eventos como o II Vozes Jovens, realizado pelo Sistema ONU no Brasil; a Oficina que a fundação alemã Friedrich Ebert ofereceu sobre a participação juvenil no desenho de políticas; o Congresso Nacional do Movimento Escoteiro, o IV Fórum de Protagonismo Juvenil e outros encontros próprios organizados por grupos juvenis. Em cada um desses espaços, mais uma organização se comprometia com a proposta de acompanhamento de ações governamentais voltadas para a juventude.

Para organizar o trabalho foram realizadas 4 reuniões virtuais, com o auxílio de nossas Tecnologias de Informação e Comunicação. Embora nesse caminho tenhamos perdido alguns atores importantes, pois a cultura de participação em meios eletrônicos ainda não é tão popular, é impossível pensar em como conduzir esse processo a nível nacional e com baixo custo operacional sem o auxílio da tecnologia. Além das nossas próprias tecnologias, utilizamos também as disponibilizadas pela Taking it Global (<http://projects.takingitglobal.org/tap>)

Já com pessoas e tarefas definidas, começou a busca por conteúdo. Grande parte dos insumos vindos do Governo Federal foram fundamentais para essa primeira leitura coletiva. Embora nem sempre fossem públicos ou de fácil acesso, a qualidade dos dados elaborados pelo Grupo Interministerial de Juventude mostra uma sincera preocupação com a área.

Determinados temas exigiram bastante coragem por parte dos pesquisadores, como Globalização e Tecnologias de Informação e Comunicação, pela escassez de dados na área; outros, como Juventude e Prevenção de Conflitos, exigiram uma nova abordagem, aplicável à realidade brasileira. O enfoque dado à questão de jovens mulheres assumiu um caráter transversal que pode ter deixado algum elemento de análise sem a devida atenção. E revelações ocorreram ao se perceber que poucas organizações protagonizadas por jovens atuavam em áreas como uso de drogas e tempo livre, embora a juventude seja o principal público de ações nessas áreas.

Temos que fazer uma menção histórica ao explicar o processo de construção desse relatório. O manual "Tirando Acordos do Papel" foi concebido para que se realizasse uma avaliação de 10 anos de implementação do PMAJ. Mas temos que registrar, que em 1995 o movimento juvenil brasileiro nem participava dessas discussões nem existia ainda uma política nacional de juventude. É importante frisar que esse documento é uma fotografia do momento atual, sem poder ser considerado uma avaliação sobre 10 anos de políticas.

Cientes de que pelo curto prazo as soluções encontradas para esses desafios não foram necessariamente as melhores possíveis, e que o trabalho de acompanhamento de ações governamentais voltadas para juventude é por si só relevante, sem necessitar da demanda externa da ONU, o grupo foi ainda mais longe ao aumentar o desafio posto para si mesmo: continuar o trabalho, mesmo depois de enviado o relatório final para a ONU.

Ficam como próximos passos as mobilizações para que organizações assumam um papel mais ativo de controle social nesse momento, acompanhando tanto ações do Governo Federal, como o desenvolvimento das atividades da Secretaria Nacional de Juventude e dos futuros membros do Conselho Nacional de Juventude.

Grupo Interagir
22 de abril de 2005 – Dia da Terra
Brasília, capital do país que é reinventado a cada dia

Ação 1:

Os Governos concordaram em “melhorar o nível da educação básica e do treinamento de habilidades e o número de jovens alfabetizados”.

Após a aprovação da Declaração Mundial de Educação para Todos, na Conferência de Jomtien, vários países começaram a discutir o conteúdo da Declaração e seu alcance, incorporando seus princípios e metas às políticas públicas de educação. O Brasil teve forte presença nesse processo, sendo um dos poucos países a consagrar num diploma legal o compromisso de educação para todos. Inicialmente elaborou o seu Plano Decenal de Educação para Todos e criou vários mecanismos para viabilizar a política de educação, como o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, a TV Escola e vários programas estaduais e municipais de bolsa-escola.

Outro avanço foi a promulgação, em dezembro de 1996, da Lei Darcy Ribeiro de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que contém o artigo 87, criando a Década de Educação, e estabelecendo o prazo de um ano para a União enviar ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação em sintonia com a Declaração Mundial de Educação para Todos.

Desde então, o governo tem se mobilizado federal, estadual e municipalmente para realizar projetos e programas visando a melhoria da educação brasileira. O Plano Nacional, por exemplo, foi elaborado e discutido intensamente. Ele incorporou metas importantes e fundamentais que ajudarão o país no combate à pobreza e à desigualdade social. Acreditando que a educação tem o poder de fortalecer o senso crítico para a participação social, essas medidas foram certamente um avanço para as transformações necessárias no Brasil.

No Ministério da Educação existe a Secretaria de Educação a Distância – SEED, que tem investido para democratizar e elevar o padrão de qualidade da educação brasileira. Ela desenvolve diversos programas: o **Proformação**, o **ProInfo**, a **TV Escola**, o **PAPED** e a Rádio Escola.

O Proformação - Programa de Formação de Professores em Exercício – destina-se aos professores que, sem formação específica, encontram-se lecionando nas quatro séries iniciais e classes de alfabetização (ou Educação de Jovens e Adultos – EJA) das redes públicas de ensino do país. O programa utiliza material impresso e videográfico, realizando também atividades presenciais e práticas nas escolas. É um método eficiente que atinge uma população numerosa e dispersa geograficamente, com o fornecimento de orientações e conteúdos pedagógicos de qualidade. A previsão é de que cerca de 15.000 professores da rede pública que não possuem habilitação mínima exigida por lei, ingressem no Programa no mês de julho.

O ProInfo visa promover o uso da Telemática como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio, introduzindo as Tecnologias de Informação e Comunicação –TIC – nas escolas públicas de ensino médio e fundamental. O Programa funciona de forma descentralizada, sendo coordenado pelo governo federal, mas operacionalizado pelos Estados e Municípios. O ProInfo já chegou a 4.640 escolas do país, onde estão instalados cerca de 53 mil microcomputadores. Mais de 150 mil professores foram capacitados para assegurar o uso pedagógico dos equipamentos.

A TV Escola é um canal de televisão, via satélite, destinado a capacitar, atualizar, aperfeiçoar e valorizar os professores da rede pública de Ensino Fundamental e Médio. O Programa está em 65% das escolas públicas brasileiras, e sua programação divide-se em três faixas principais: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Salto Para o Futuro. Aos sábados, domingos e feriados é exibida a faixa Escola Aberta, com uma programação especial voltada para a comunidade. É um método de trabalho inovador que tem sido bem-sucedido, como o programa Salto para o Futuro, também da TV Escola, que tem como objetivo possibilitar que professores de todo o país revejam e construam seus respectivos princípios e práticas pedagógicas, mediante o estudo e o intercâmbio, utilizando diferentes mídias, como telefone, fax, TV, boletim impresso e computador em articulação com a educação presencial. O Salto para o Futuro atinge por ano mais de 250 mil profissionais docentes em todo o Brasil.

O projeto Rádio Escola trabalha com capacitação e atualização de professores para alfabetizar jovens e adultos. O projeto desenvolve ações, nas escolas públicas ou comunidades, que visam a utilização e mobilização da mídia para práticas pedagógicas, além de fornecer insumos para professores. O Rádio Escola é um avanço por trabalhar com educomunicação, um campo de intervenção social que propicia a introdução de recursos da informação no ensino, principalmente como meio de expressão e de produção cultural, permitindo a co-formação de autênticos ecossistemas comunicativos abertos à participação de todos os membros da comunidade educativa.

Infelizmente, a educação não é acessível a todos os jovens, principalmente aqueles de menor poder econômico. Apenas uma minoria da população frequenta a escola, e o problema de analfabetismo está presente desde o início dos tempos. Mesmo não sendo prioridade para o governo, este tem desenvolvido ações de combate ao analfabetismo, visando melhorar a precária situação das escolas brasileiras e aumentar o número de jovens estudando.

Assim, o Brasil teve um avanço na inclusão de jovens e no aumento do nível de escolaridade. Recente pesquisa do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – mostra um queda no índice de analfabetismo brasileiro nos últimos dez anos (1992 a 2002). Em 1992, o número de analfabetos correspondia a 16,4% da população. Esse índice caiu para 10,9% em 2002.

Essa queda tem diversos motivos. É resultado primeiramente dos investimentos feitos pelos governos municipais, estaduais e federais, em programas como o de Educação de Jovens e Adultos (EJAs) e de bolsa educação, que têm tirado milhares de crianças do trabalho infantil para ingressarem nos bancos escolares. Além disso, aumentou-se também o alcance da população carente ao ensino e aos programas de alfabetização de adultos, como, o Alfabetização Solidária, onde o governo federal atua em parceria com universidades, empresas privadas, prefeituras e comunidades, além do Movimento de Educação de Base (da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB).

Contudo, muitos jovens que têm acesso às escolas – principalmente da rede pública – não as freqüentam, e alegam que desinteresse é seu principal motivo. Esse desinteresse se dá pela qualidade do ensino que é na maioria muito baixa, com problemas de infraestrutura e remuneração dos professores. Além disso, os estudantes têm de lidar com problemas financeiros, o que muitas vezes torna impossível assistir às aulas.

Há ainda no Brasil a Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas – CGAEI, vinculada ao Ministério da Educação, que trabalha com a construção de uma política pública educacional para as escolas indígenas de acordo com as reivindicações dos diversos povos indígenas e princípios estabelecidos pela Constituição de 1988. Dessa forma, diversos programas foram criados para apoiar projetos sobre educação inter-cultural, como a *Formação inicial e continuada dos professores indígenas* e a *Divulgação da temática indígena para as escolas*. O MEC apóia projetos que provenham de reivindicações das comunidades indígenas e reflitam as necessidades e realidades indígenas, financiando projetos que visem:

- Investir na formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na Educação Escolar Indígena;
- Estimular a produção e publicação de material didático;
- Divulgar para a sociedade nacional, de forma séria e criteriosa, a existência da diversidade étnica, lingüística e cultural no país.

O Inep - Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais -, em parceria com a Secretaria de Educação Fundamental, realizou em 1999 um levantamento que revelou que, naquele período, o Brasil possuía 93.037 alunos matriculados na Educação Indígena no país, a maior parte concentrada no ensino fundamental. Havia também 74.931 estudantes índios. Nas 1.392 escolas indígenas então existentes no País, trabalhavam 3.998 professores e desse total, 76,5% eram de origem indígena.

O Ministério da Educação também promove diversos programas de Educação Especial para crianças com deficiência visual, auditiva e física, procurando garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola regular. Para deficientes visuais existem os Centros de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual - CAPs, que são muito bem equipados com computadores, impressora braille e laser, fotocopadora, dentre outros. Os centros têm como proposta principal a geração de materiais didático-pedagógicos, como livros e textos em Braille, ampliados e sonoros para distribuição aos alunos matriculados no

ensino regular, bem como a organização de espaços educacionais que sirvam de apoio aos alunos com visão subnormal.

O MEC tem disponibilizado grande número de materiais didáticos para as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Distrito Federal para que elas distribuam aos alunos com deficiência visual. Há também o Centro de Apoio e Produção Braille- NAPPB, Programa Nacional do Livro Didático/BRILLE e projetos de capacitação de professores para as disciplinas específicas da educação de alunos com deficiência visual e utilização de equipamentos de informática, visando a operacionalização dos CAPs.

Existem também projetos na área de **Educação de Alunos com Surdez para** subsidiar professores, profissionais de educação e pessoas surdas no que se refere ao processo educacional de alunos com surdez. Dessa forma, são desenvolvidos trabalhos de formação de professores, distribuição de material institucional aos sistemas de ensino como o Projeto "Interiorizando a LIBRAS". O projeto também promove cursos como:

- Curso de LIBRAS para instrutores surdos e professores;
- Cursos de Ensino da Língua Portuguesa para Surdos;
- Curso de Interpretação de LIBRAS/PORTUGUÊS.

Há também os Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS, que tem como meta qualificar profissionais da educação e elabora material didático específico para a educação bilíngüe e são altamente equipados.

Ação 2:

Os Governos concordaram em promover “O patrimônio cultural e os padrões contemporâneos da sociedade”.

Ação 3:

Os Governos concordaram em “Promover o respeito mútuo e a compreensão dos ideais de paz, solidariedade e tolerância entre os jovens”.

Algumas iniciativas perpassam os dois setores – diversidade e patrimônio cultural -, mobilizando jovens na aplicação e na participação dos eventos. Existem, por exemplo, programas de intercâmbio e acampamento para jovens.

Como exemplo intersetorial, estão as duas edições do Acampamentos Escolares, projeto da União dos Escoteiros do Brasil – Região Distrito Federal que, em parceria com o setor privado, OnG's e a Secretaria de Educação, permitiu que crianças menos favorecidas de escolas públicas da periferia de Brasília tivessem a oportunidade de desenvolver o espírito de liderança e solidariedade, através de atividades escoteiras e oficinas práticas, de preservação do Meio Ambiente a prevenção de DST's e AIDS.

Outra iniciativa é o Projeto de Valorização e Intercâmbio em Populações Indígenas e Rurais, elaborado por diversos países do continente americano em 1997, que beneficia,

além do Brasil, a Venezuela, o Peru, a Bolívia, o Chile, a Argentina, o México e a Guatemala, e cujo Marco Conceitual Geral apontou no sentido de valorizar a etno-educação que os próprios povos indígenas têm criado como parte de seu sistema cultural. Em função dele é necessário contar com estudos da cultura infantil, porém com uma visão interdisciplinar e inter-cultural dando conta dos contextos socioculturais onde se geraram estes processos importantes de transmissão, formação e recriação cultural. Outra ação, no sentido de organizar um sistema de informações sobre Educação Indígena em todos esses países, prevê a constituição de um banco de dados e de uma Home Page. No Brasil, a execução ficou a cargo da Coordenação-Geral de Apoio às Escolas Indígenas do Ministério da Educação.

Existem também programas inter-setoriais voltados para a preservação por parte da comunidade, incluindo jovens e adultos. Os projetos são propostos pelo Governo e seus órgãos, OnG's e Organizações Internacionais, como a UNESCO. Porém, conforme descrito pela Secretaria de Educação Básica, o Governo incentiva, em todos os níveis educacionais, a criação de Projetos Curriculares Interdisciplinares com o uso de acervos e patrimônios histórico-culturais da região, propiciando o contato direto do aluno com a preservação da memória, incentivando-o a se apropriar dessa memória como cidadão, valorizando-a e preservando-a.

No Brasil, embora este se trate do país de maior população negra fora da África, somente neste governo o Estado passou a enfrentar, sem subterfúgios, a questão do preconceito e da discriminação dos afro-descendentes. Assim sendo, entre as diretrizes governamentais, consta a ampliação das iniciativas de proteção aos direitos da população negra. Em atendimento a tal diretriz, o Ministério da Educação vem desenvolvendo ações voltadas para a avaliação do livro didático com posterior eliminação de todas as formas de discriminação, dando-se destaque para a pluralidade cultural; para a produção de materiais didáticos específicos; e para o apoio ao planejamento e ao fortalecimento da gestão e da ampliação da melhoria da rede física dos municípios que possuem áreas remanescentes de quilombos.

Outra ação governamental é o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, publicação desenvolvida pelo MEC com o objetivo de servir como um guia de reflexão para os profissionais que atuam diretamente com crianças de 0 a 6 anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira. Ele é fruto de um amplo debate nacional, do qual participaram professores e diversos especialistas que contribuíram com conhecimentos provenientes tanto da vasta e longa experiência prática de alguns, como da reflexão acadêmica, científica ou administrativa de outros. O Referencial é composto por três volumes que pretendem contribuir para o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de práticas educativas, além da construção de propostas educativas que respondam às demandas das crianças e de seus familiares nas diferentes regiões do país.

Ação 4:
Os Governos concordaram em fornecer

“Treinamento vocacional e profissional”.

O Brasil possui uma ampla rede de escolas técnicas mantida pelo governo federal. Estas escolas, chamadas de Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET, propiciam, na sua grande maioria, educação técnica-profissionalizante à população juvenil do país.

Além dos CEFET's, atua no âmbito nacional na capacitação vocacional e técnica, com relevada importância, o sistema "S", que é um emaranhado de entidades que se destinam a fins sociais composto por: Sesc/Senac/ Sesi/Senai/ Sebrae/ SESCOOP/ Sest/Senat/ Senar. Estas instituições já treinaram milhares de jovens em todo o país. Não temos como mensurar se a maior parte dos treinamentos é governamental ou promovido por ONGs, mas é importante citar que as organizações não-governamentais atuam com bastante ênfase nessa capacitação técnico-vocacional, promovendo formação nas mais diversas áreas.

Pelo perfil dos jovens que participam desses projetos e considerando que esses treinamentos são, em sua maioria, profissionalizantes, podemos dizer que o nível de empregabilidade é baixo ou quase nulo. Há tanto jovens se capacitando pra entrar no mercado de trabalho, como jovens se aperfeiçoando para manter/garantir seu atual emprego.

Ao analisarmos o quadro geral desses processos de treinamentos técnico-vocacionais percebemos que, para que um país se desenvolva e consiga garantir empregabilidade para sua sociedade, é necessário investir maciçamente nesses projetos de capacitação. Podemos destacar como força quantidade de profissionais jovens altamente capacitados empreendendo no país. São várias incubadoras tecnológicas espalhadas pelo Brasil fomentando essas novas idéias.

Por outro lado percebemos claramente que os espaços de treinamento técnico-vocacional existentes não comportam a grande demanda de jovens atual no país, todos ávidos por iniciar sua carreira técnico profissionalizante em busca de uma melhora em sua qualidade de vida.

Além disso existe o PNQ - Plano Nacional de Qualificação – que é executado por meio de Planos Territoriais de Qualificação, em convênio com as Secretarias Estaduais de Trabalho, ou através de Arranjos Institucionais Municipais, ou de Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs) de caráter nacional ou regional em parceria com instituições governamentais, não governamentais ou inter-governamentais, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego. O PNQ contribui para promover a integração das políticas e para a articulação das ações de qualificação social e profissional do Brasil e, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas a emprego, trabalho, renda e educação, visa gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, permitindo a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho.

Há também o programa Agente Jovem, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que trabalha com o desenvolvimento pessoal, social e comunitário de jovens entre 15 e 17 anos. O programa garante a permanência do aluno na escola, além de prepará-lo para o mercado de trabalho e para atuar como agente de transformação em

sua comunidade. Uma vez no mercado de trabalho, o jovem é auxiliado pelo programa em termos de integração e interação.

O público do Agente Jovem é restrito. São jovens entre 15 e 17 anos de idade que, prioritariamente, estejam fora da escola; que participem ou tenham participado de outros programas sociais; que estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; que sejam egressos ou que estejam sob medida protetional ou socioeducativa; oriundos de Programas de Atendimento à Exploração Sexual Comercial de menores.

Ação 5:

**Os Governos concordaram em
“Promover os direitos humanos na educação”.**

Ação 6:

**Os Governos concordaram em promover
“Programas de treinamento empresarial”.**

Ação 7:

**Os Governos concordaram em fornecer a “Infra-estrutura para o treinamento dos
trabalhadores e dos jovens líderes”.**

O governo brasileiro tem, entre seus programas de prioridade para a Nação, o Projeto Primeiro Emprego. Através de parcerias com os empresários brasileiros, o programa tem como meta empregar 250mil jovens na faixa etária de 16 a 24 anos, quando o problema com o desemprego é maior. O programa de primeiro emprego prevê a participação das OnGs através de uma de suas ações : os Consórcios Sociais da Juventude. A parceria junto às organizações da sociedade civil constitui instrumento de ligação entre a sociedade e o governo na implementação destas ações, levando-se em consideração o gosto da juventude por estes tipos de organizações. O setor empresarial tem um papel especial e fundamental nesse projeto do primeiro emprego, ofertando vagas de trabalho em suas empresas para os jovens cadastrados no programa de primeiro emprego. Ao ofertarem estas vagas, os empresários contribuem com o projeto do governo e, em contrapartida, recebem incentivos fiscais previstos no programa como atrativo ao setor empresarial. Outras instituições têm participado desta parceria abrindo mão do incentivo fiscal, como fez uma famosa rede de supermercados do país ao ofertar num primeiro momento 280 novas vagas, em parceria com o Consórcio Social de juventude do Distrito Federal. Neste caso a rede de supermercados optou por investir na questão da responsabilidade social.

Na tabela abaixo, observamos a movimentação juvenil envolvida no projeto do Primeiro Emprego.

PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO PARA JOVENS						
LINHA DE AÇÃO	JOVENS INSCRITOS	JOVENS QUALIFICADOS	EMPREGADORES INSCRITOS	VAGAS CAPTADAS	VAGAS DISPONÍVEIS	JOVENS CONTRATADOS
Aprendizagem						104.973
Consórcio Social da Juventude	28.780					2.049
Serviço Civil Voluntário	4.755	4.755	ND	ND	ND	ND
Subvenção Econômica / Responsabilidade Social	244.637		5.481	13.504	2.310	3.334
Empreendedorismo Juvenil	19.000	3.175				

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - 2003/2004

Ação 1:
Os Governos concordaram em promover
“Oportunidades de auto-emprego”.

No Brasil além das incubadoras, que estimulam e financiam a criatividade dos jovens empreendedores, o Governo, através do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, colocou à disposição dos jovens linhas de créditos que podem chegar até 100 mil reais. Nesse programa estão previsto três módulos de financiamento: auto-emprego, com uma linha de crédito de até R\$ 10 mil; cooperativas, com a maioria de jovens, até R\$ 100 mil e micro e pequenas empresas com até R\$ 50 mil. Para ter acesso a estas linhas de créditos os jovens são previamente selecionados de acordo com seu nível de empreendedorismo. Os aprovados recebem 75 horas de capacitação com cursos de análise de mercado, de fluxo de caixa e de marketing, entre outros. Os que se destacarem serão assessorados por consultores na elaboração de um plano de negócios e receberão acompanhamento por três anos. Quem administra especificamente este projeto no país é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Apesar de não ter sido prevista, no projeto inicial, uma parceria com OnGs, as Instituições não-governamentais foram convidadas a participar do processo, garantindo uma escolha mais uniforme, foco e controle dos candidatos ao crédito em virtude de sua inserção mais “fácil” no seio da sociedade.

A principal força observada nesse projeto foi à alta procura dos jovens com interesses em empreender seu próprio negócio ou em realizar parcerias com outros jovens. A principal fraqueza observada foi novamente a falta de entidades juvenis promovendo a *concertação* entre o governo e a sociedade. As instituições envolvidas no processo de coordenação desse trabalho estão aquém do que a juventude almeja para a implantação de PPJs. O Jovem deseja ser protagonista dessas ações e não mero espectador. A falta de participação direta de organizações de protagonismo juvenil acabou fazendo com que o projeto tivesse de ser “adaptado” no decorrer de sua implementação inicial.

Ação 2:

**Os Governos concordaram em fornecer
“Oportunidades de emprego para grupos específicos de jovens”.**

<http://rejbrasil.mte.gov.br/>

Ação 1 para jovens mulheres:

**Os Governos concordaram que “Ações devem ser tomadas para eliminar a
discriminação contra meninas e jovens mulheres”.**

Em relação à questão do trabalho feminino, no Brasil o trabalho doméstico dificulta o desenvolvimento das mulheres jovens, tornando-se um obstáculo para a ascensão social. Em 1998, 400 mil meninas de 10 a 16 anos, pobres e de maioria negra trabalhavam em casas alheias, das quais 33% não estudavam e 23% trabalhavam mais de 48 horas

semanais. (Fonte: ABIA, 2001A; UNICEF, 2002; RedeFax Especial 8 de Março, 2003B.). Infelizmente o governo brasileiro não promoveu nenhum programa específico para garantir a melhoria de tais condições a estas jovens.

A partir dos elementos citados acima, podemos concluir que para que qualquer iniciativa tenha sucesso faz-se necessária a presença representativa dos diversos setores da juventude, de forma que lhe seja possibilitada a intervenção com autonomia. Essa participação deve ser subsidiada pelos próprios governos, para que os jovens tenham acesso às informações. Para concretizar a inclusão social dos jovens, faz-se necessária neste momento a criação dos conselhos estaduais e municipais de juventude, objetivando a discussão, elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas para a juventude, garantindo dessa forma a participação dos jovens e de todos os setores da sociedade. Só assim os jovens poderão ser atores de transformação e mudança. Acreditamos que só existe público prioritário para ações quando estão no orçamento público,

Ação 3:

Os Governos concordaram em fornecer:

“Serviços comunitários voluntários que envolvam os jovens”.

Os Consórcios Sociais da Juventude (CSJ) traz inovações em seus princípios de atuação agindo como: parcerias do Governo com a Sociedade Civil Organizada para execução estratégica e operacional de serviços. A preocupação primordial está bem focalizada na necessidade de metas de inserção dos jovens no mercado de trabalho, uma vez qualificados pelo Consórcio, e não só realizar "qualificação por qualificação". O público com o qual o CSJ trabalha por Lei é bastante interessante também, pois são atendidos jovens de idade entre 16 e 24 anos, afro-descendentes, indígenas, portadores de deficiências, mulheres, com renda per capita de até ½ salário mínimo, em conflito com a lei ou egressos do sistema penal ou em situação de desemprego, matriculados e freqüentando estabelecimento de ensino fundamental ou médio; podendo ainda beneficiar até 30% de jovens com ensino médio concluído. Outra inovação é a diversidade de modalidades de inserção oferecida aos jovens capacitados nos Consórcios: Subvenção Econômica, Menor Aprendiz, Estágio, Lei de Pessoas Portadoras de Deficiências, Empreendedorismo e Economia Solidária.

Entretanto, os Consórcios tiveram alguns problemas operacionais por conta da Lei 10.748, de 22 de outubro de 2003, que criou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE, a qual trazia alguns dispositivos que impediam que o Programa ganhasse maior desenvoltura, mas que foi melhorada e aprimorada pela Medida Provisória No. 186 de 13 de maio de 2004.

Outro problema muito debatido foi a falta de transparência e critérios claros para escolha das Organizações da Sociedade Civil que se aliaram ao Governo Federal para execução dos Consórcios Sociais da Juventude. Foi alegado que muitas das Organizações que foram convidadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego para executar o CSJ eram ligadas

a Deputados e afiliados de Partidos Políticos da base do Governo Federal. Houve também denúncias de corrupção no CSJ da Brasília. Além disso, persiste o questionamento da relação custo-benefício dos investimentos realizados em cada um dos CSJ, considerando o número de jovens qualificados e aqueles inseridos no Mercado de Trabalho. DE modo geral o CSJ é considerado uma ação onerosa pelo impacto social alcançado

Ação 4:

**Os Governos concordaram em considerar
“Necessidades criadas por mudanças tecnológicas”.**

FOME E POBREZA

O Governo brasileiro assumiu, como item prioritário de sua atuação, a temática de combate a fome e a pobreza. Isso reflete em todos seus programas e ações, uma vez que está transversalmente compondo os objetivos setoriais.

Enquanto público-alvo reconhecido há pouco tempo no Brasil, a juventude é beneficiada (ou não) por programas em diversos ministérios e secretarias. Apenas recentemente foi criado um órgão representativo de juventude no poder executivo, e, através desse espaço, foi realizado levantamento dos principais projetos e programas do governo federal que afetam de alguma forma o jovem brasileiro.

Baseado nas duas premissas de que o combate à fome e à pobreza são prioridades do governo, e de que a juventude é um público-alvo 'recém' identificado no cenário nacional, entende-se que esses dois temas devem ser tratados como itens transversais nas políticas de desenvolvimento nacionais. O cenário que se apresenta, analisando por este foco, é grave e demanda ações emergenciais aliadas a políticas com impacto estrutural de longo prazo.

Ação 1:

Os Governos concordaram em

“Tornar a ação rural mais rentável E a vida nas zonas rurais mais atrativa”.

Há diversos programas e projetos do governo para jovens da zona rural, principalmente no âmbito da agricultura familiar. O **Programa Nacional de Crédito Fundiário** é um instrumento complementar à reforma agrária e alcança as áreas não-desapropriáveis para fins de interesse social. Nele está incluído também o **Nossa Primeira Terra**, projeto desenvolvido pela **Secretaria da Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário**, que tem como objetivos viabilizar o acesso à terra por jovens do meio rural e apoiar seus projetos comunitários.

Ação 2:

Os Governos concordaram em fornecer

“Treinamento para geração de renda para os jovens”.

O projeto **Nossa Terra** trabalha com a **capacitação de jovens** rurais sem terra, jovens filhos de agricultores familiares e jovens oriundos de escolas agrícolas e escolas familiares rurais. O projeto também contribui para a ampliação de ofertas de serviço, assistência técnica e oportunidades de acesso à inovação tecnológica na agricultura familiar.

A capacitação é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que, através do estabelecimento de convênios ou parcerias, facilita a implementação de programas específicos para a capacitação dos beneficiários, em particular para qualificá-los a prestar assistência técnica às comunidades beneficiárias da reforma agrária e aos agricultores familiares.

Também há o **PRONERA** (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), que trabalha para reduzir o índice de analfabetismo e elevar a escolarização de jovens e adultos trabalhadores rurais. O PRONERA trabalha com metodologias de ensino específicas para a realidade sociocultural do campo. O programa, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), envolve ações de alfabetização e educação nos níveis fundamental, médio e superior. Também trabalha com educadores que atuam em suas próprias comunidades, em um processo de formação continuada, além de proporcionar a formação técnico-profissional para a produção e a administração rural.

No geral, as políticas públicas de juventude no Brasil que focalizam o combate à pobreza e à fome ainda são pouco eficientes em contemplar seus objetivos. Portanto, um dos itens que deve ser fortalecido na política nacional de juventude é a sistematização dos programas - não somente sua identificação, mas sua organização efetiva -, em âmbito federal. Dessa forma poderão verdadeiramente contribuir para a redução da pobreza e o empoderamento econômico dos jovens brasileiros.

A redução da pobreza e da fome não se resume à distribuição de dinheiro e alimentos. Deve ser construída sobre interrelações da pobreza com os demais temas de políticas públicas, para efeitos de longo prazo: (i) educação de base; (ii) crédito direcionado ao jovem empreendedor; (iii) direitos de propriedade claros e reforma agrária consistente; e (iv) inclusão digital, principalmente em periferias urbanas e áreas rurais.

Ação 3:

**Os Governos concordaram em fornecer
“Financiamento para compra de terra para jovens”.**

Ação 4:

**Os Governos concordaram em promover a “Cooperação entre os jovens
das zonas urbana e rural na produção e distribuição de comida”.**

Ação 4:

**Os Governos concordaram que “Meninas e jovens mulheres
deveriam ser protegidas de todas as formas de exploração, principalmente econômica.”**

Ação 1:

**Os Governos concordaram em garantir o
“Fornecimento dos serviços básicos de saúde”.**

No que tange à questão da Saúde Sexual e Reprodutiva (Esferas 4 e 13) os números são alarmantes e as pesquisas demonstram a falta de políticas públicas. O último Censo Demográfico do IBGE (2000) incluiu a faixa etária de 10 a 14 anos como idade reprodutiva da mulher, demonstrando que a iniciação sexual ocorre mais cedo e que a gravidez precoce é recorrente no Brasil. Tais conclusões demonstram a importância de se estabelecerem políticas públicas que considerem o conceito de direitos sexuais e direitos reprodutivos para os (as) adolescentes e os (as) jovens.

Ação 4:

**Os Governos concordaram em abordar a
“Infecção da AIDS entre os jovens”.**

Devemos destacar que o programa de juventude da ONU, na Esfera 4 (ações 3 e 4), demonstra que os governos acordaram em promover serviços de saúde, incluindo a questão da saúde sexual e reprodutiva, e que também dariam atenção para a infecção por HIV e AIDS entre os jovens. O governo brasileiro desenvolveu, para louvar tais acordos, as campanhas publicitárias na mídia, principalmente na época do Carnaval. Existe ainda no Ministério da Saúde um órgão só para intervir na Saúde do Adolescente, propondo e supervisionando o atendimento a esse segmento.

Ação 3:

**Os Governos concordaram em “Promover os serviços de saúde,
incluindo a saúde sexual e reprodutiva e o desenvolvimento de programas educacionais
relevantes nesta área”.**

Ação 3 para jovens mulheres:

**Os Governos concordaram que “A discriminação contra meninas e jovens mulheres
deveria ser eliminada da saúde e nutrição”.**

Quando nos deparamos com a ausência de dados relacionados à sexualidade e direitos reprodutivos de adolescentes do sexo masculino, verificamos que ainda existe a concepção de que apenas a mulher deve ser informada e instruída em relação aos métodos

contraceptivos, reafirmando o machismo e o entendimento de que os rapazes têm menos necessidades no campo da saúde sexual. Tudo isso explicita a falta do recorte de gênero nas políticas, intervenções, pesquisas, programas e serviços de Saúde.

Ação 2:

Os Governos concordaram em “Desenvolver uma educação para a saúde”.

Em 2001/2002, 17% de adolescentes não tinham acesso facilitado a serviços de saúde (hospitais ou postos de saúde). Além disso, quase não há no país serviços de saúde disponíveis para atender especificamente a jovens e às necessidades próprias da idade, o que se configura no maior obstáculo ao acesso às informações e ações que protejam a saúde de jovens, dificultando a tomada de decisões livres e responsáveis. As jovens, em geral, mostram-se extremamente vulneráveis à gravidez, a violências de todas as espécies, inclusive a sexual, a doenças sexualmente transmissíveis e à Aids. Os serviços de saúde aparecem em quarto lugar como espaço onde adolescentes encontram informações confiáveis sobre sexualidade.

Fonte: UNICEF, 2002.

Há indícios de que a consciência a respeito do sexo seguro mostrou-se relacionada ao nível de instrução: em 2001/2002, entre adolescentes e jovens que nunca usaram a camisinha, 36,3% ainda não tinham completado a 4ª série; 33,1% estavam entre 5ª e 8ª série do ensino fundamental e 11,2% no ensino médio. Entre aqueles(as) que afirmaram usar o preservativo em todas as relações sexuais, 40,1% tinham escolaridade equivalente ao ensino médio, 32,1% entre 5ª e 8ª série e 14,3% entre a pré-escola e a 4ª série do ensino fundamental.

Fonte: UNICEF, 2002.

Ação 5:

Os Governos concordaram em “Promover um saneamento básico e práticas de higiene”.

Ação 6:

Os Governos concordaram em “Prevenir as doenças resultantes de más práticas de saúde entre os jovens”.

Ação 7:

Os Governos concordaram em “Eliminar o abuso sexual dos jovens”.

Ação 8:

Os Governos concordaram em “Combater a desnutrição entre os jovens”.

Ação 1:

Os Governos concordaram em “Integrar a educação e o treinamento ambiental nos programas de educação e treinamento”.

A visão de Educação Ambiental compartilhada pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação e a maioria do Movimento Ambientalista brasileiro traz a noção de que as questões socioambientais devem ser abordadas de forma transdisciplinar.

Deste modo, os esforços são voltados para que a Educação Ambiental esteja presente nas escolas não como disciplina ou conteúdo curricular, mas através de valores e atitudes que perpassam todas as instâncias, disciplinas e ações escolares.

Dentro deste contexto, a maior ação em âmbito nacional para disseminar a Educação Ambiental nas escolas tem sido o programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”, fruto da I Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente, que contou com a participação de 16 mil escolas em mais de 4 mil municípios, envolvendo 6 milhões de pessoas em todo o país. Até o ano de 2003, ano do processo da Conferência, a Educação Ambiental nas escolas dava-se através de ações isoladas, por iniciativa de alguns professores, escolas e mesmo municípios.

O programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”, realizado pelo Órgão Gestor de Educação Ambiental (CGEA/MEC e DEA/MMA), com o apoio de Organizações Sociedade Civil e governos estaduais de todo o Brasil, está realizando uma grande mobilização nacional visando à formação de 32 mil professores e 32 mil alunos para atuar com as questões socioambientais em suas escolas e regiões em ações integradas através de quatro esferas:

1. Formação de educadores ambientais - Processo de formação de professores e estudantes (delegados e suplentes) das 16 mil escolas que realizaram a Conferência, envolvendo 6 milhões de pessoas em 4 mil municípios e tendo como Tema Gerador o “Consumo Sustentável” com abordagem científica, de políticas públicas e sugestões de atividades em sala de aulas.
2. Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas (COM-VIDAS) – Meio de incentivo à instalação de Conselhos de os alunos para tornar a ação efetiva e sustentável. As comissões farão o controle social da Educação Ambiental na escola e a implementação da Agenda 21 Escolar, dando suporte a atividades curriculares e extracurriculares das escolas.
3. Inclusão digital com Ciência de Pés no Chão - Implementação e manutenção de um sistema informatizado, pelo qual transitarão aplicativos para pesquisa

escolar sobre o meio ambiente. Na Internet, será possível a construção de um "atlas coletivo" de temas como biodiversidade, qualidade da água, situação socioambiental das comunidades, alimentação...

4. Educação de Chico Mendes - Promoção de projetos de pesquisa-ação animados por ONGs, fortalecendo a comunicação interescolar. Ação que une os conhecimentos aprofundados, os resultados de pesquisas locais e ONGs de um mesmo território para que possam construir projetos de intervenção transformadora.

Os seminários de formação de alunos e professores e o processo de criação das Comissões de Qualidade de Vida e Meio Ambiente nas escolas, propulsores da Agenda 21 escolar, acontecem por todo o país, fortalecendo e sendo fortalecidos pela mobilização para a II Conferência Infanto-Juvenil de Meio Ambiente, que ocorrerá em dezembro de 2005.

Ação 2:

Os Governos concordaram em "Facilitar a disseminação internacional das informações sobre as questões ambientais e o uso de tecnologias ambientalmente limpas pelos jovens".

Os materiais informativos produzidos por ONG's e Órgãos Públicos competentes são de ótima qualidade, tendo sua origem nos conhecimentos de equipes experientes e comprometidas com as questões ambientais. Entretanto a distribuição e infelizmente a procura por estes materiais são insuficientes, o que exige primeiramente um grande investimento em conscientização das juventudes, afim de ampliar a demanda por estas informações.

A atuação das REDES de organizações juvenis e de educação ambiental tem sido, neste aspecto, de fundamental importância para ajudar a compor um "mapa" de lideranças e organizações juvenis pelo meio ambiente; para a disseminação destes conteúdos, que se destacam por abordarem não apenas temáticas unicamente ambientais, mas também gestão de projetos e organizações, produtos de conferências e fóruns, publicações de experiências bem sucedidas e propostas de políticas públicas.

As universidades também representam pólos de multiplicação destes conteúdos, entretanto possuem acesso restrito devido à linguagem e os objetivos acadêmicos, necessitando de "tradutores" ou re-editores sociais, afim de tornar acessíveis e concretos em âmbito local os conteúdos produzidos considerando aspectos globais.

Tendo em vista o potencial do Brasil para tecnologias limpas, o investimento nesta área é quase nulo, principalmente para projetos de jovens. A otimização energética e a redução de desperdícios e poluição esbarram em interesses político-econômicos e na falta de diálogo entre os Órgãos Governamentais. A falta de diálogo e metas comuns entre a "cabeça" econômico-produtiva e a "cabeça" socioambiental do Governo Brasileiro tem apresentado grandes obstáculos para o Desenvolvimento Sustentável, tão almejado e discutido pelos movimentos de juventude.

Ação 3:

Os Governos concordaram em “Fortalecer a participação dos jovens na proteção, preservação e melhoria do meio ambiente”.

Os Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJ's) existentes em todos os estados são formados por instituições e grupos de Juventude e Meio Ambiente, tendo sua origem no processo de mobilização para a I Conferência Nacional de Meio Ambiente e Conferência Nacional Infanto-Juvenil de Meio Ambiente no ano de 2003. Estes coletivos ajudaram a compor um “mapa” de lideranças e organizações de juventude que lidam com as questões ambientais em todo o país, tornando-se assim pólos articulados de mobilização e difusão de ações e informações, bem como referências para consultas nacionais e locais da atuação dos jovens com as questões ambientais.

O esforço neste âmbito tem se concentrado na inclusão da pauta ambiental nos movimentos de juventude e na inclusão da pauta de Juventude nos movimentos ambientais, enfatizando o potencial transformador dos jovens em ações integradas e a demanda por ações ambientais para um presente e um futuro viáveis.

A cooperação entre as Organizações de Juventude pelo Meio Ambiente e a disseminação de informações para este público é também um dos objetivos da REJUMA- Rede da Juventude Pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade, que conta atualmente com 160 elos em todos os estados do Brasil.

A representação dos CJ's dentro das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEA's) - presentes em quase todos os estados do país e formadas por Secretarias de Educação e Meio Ambiente, empresas e ONG's - foi conquistada em 2004 e também aponta para uma promissora participação dos jovens nas instâncias de análise e deliberação das questões ambientais.

Existe também o Programa Salas Verdes, da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, que visa à instalação de pontos de difusão e descentralização de informações sobre meio ambiente local e global, potencializando espaços já existentes em instalações de órgãos públicos, privados e do Terceiro Setor. Hoje existem 111 salas verdes em todo o Brasil, mas sua divulgação e acessibilidade ainda não são suficientes. A boa utilização destes equipamentos entre os jovens interessados nas questões ambientais certamente gerará a expansão do programa, ampliando seu alcance e eficácia.

Ainda não há presença de jovens nas instâncias públicas de análise e decisão sobre as questões ambientais. Em algumas instâncias de decisão, como é o caso da CIEA – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, a briga está acontecendo. Os jovens querem participar, mas encontram muita resistência dos representantes das entidades públicas que participam da comissão. Os jovens têm o poder de perceber soluções criativas

para os problemas, mas precisam do espaço para poder propor. As dificuldades são muitas, pelo descrédito dos 'adultos', a falta de oportunidades para expressarem o que pensam e sabem e a falta de infra-estrutura para poderem trabalhar. O IBAMA por exemplo, que poderia abrir esse espaço, o faz mas sem suporte para o trabalho, não oferecendo condições de deslocamento, alimentação ou hospedagem. E o jovem que muito quer fazer não o faz por falta de recursos.

É demandada ainda a futura representação da REJUMA no Conselho nacional de Juventude.

Ação 4:

Os Governos concordaram em "Reforçar o papel da mídia como uma ferramenta de disseminação dos problemas ambientais para os jovens".

O Investimento em pesquisas tem sido uma grande lacuna no processo nacional de mobilização das juventudes pelo meio ambiente.

Os órgãos de Incentivo a Pesquisa como CNPq e as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, que executam seu apoio por meio de bolsas, priorizam as pesquisas com potencial de desenvolvimento econômico de curto prazo, por exemplo a pesquisa de Organismos Geneticamente Modificados (OGM's) - o que em parte explica o destaque do Brasil nas pesquisas genéticas.

Não apenas por uma visão econômica viciada em resultados imediatos e inseqüentes, mas também por questões culturais, não há apoio a projetos de pesquisas que tenham como universo técnicas locais de produção. Não há apoio, por exemplo, a pesquisas sobre solos tropicais, mas sim a estudos sobre como adequá-los às culturas de larga escala para exportação, baseados em técnicas agrícolas de solos temperados (como o europeu) que vêm sendo utilizadas no Brasil desde a colonização.

É muito clara a discrepância entre os biomas brasileiros e os Europeus e Americanos, dos quais importamos tecnologias inadequadas à nossa realidade. A única solução seria o investimento massivo em pesquisa de nossas próprias culturas e cultivos, buscando a compreensão de nosso próprio Meio Ambiente. Porém, desta maneira se corre o risco de viabilizar, otimizar e descentralizar a produção agrícola, afetando justamente às grandes corporações que direta ou indiretamente investem em pesquisa.

Ação 1:

Os Governos concordaram em “Priorizar medidas preventivas”.

Ação 2:

**Os Governos concordaram em adotar medidas para a
“prevenção da violência”.**

Ação 3

**Os Governos concordaram em promover
“Serviços e programas de reabilitação”.**

De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional, cerca de 30% dos presos do país têm entre 18 e 24 anos de idade. Em 2001, 60% desses presos eram afrodescendentes, 51% estavam fora da escola e 40% não tinha trabalho antes de ser presos.

Além disso, o lugar específico para cuidar de adolescentes em conflito – chamado FEBEM – tem sido seriamente acusado de tortura. Um caso específico, no estado de São Paulo, demonstrou uma decisão radical que resultou na demissão dos 1.750 empregados da instituição e contratação de novos por causa da forte corrupção no local.

Recentemente, uma pesquisa encomendada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Nacional, cujos resultados foram divulgados no início deste mês, mostrou que a opinião pública está tendendo a defender o rebaixamento da maioridade penal para 16 anos. 89% dos entrevistados querem a redução, de acordo com o levantamento feito com 1.700 pessoas das classes A, B, C e D em 16 capitais do país, entre os dias 10 e 26 de setembro de 2004. Além disso, 52% das pessoas consultadas se disseram favoráveis à pena de morte para crimes hediondos.

Além disso, menos de 10% do total de crimes ocorridos no país são cometidos por adolescentes, também de acordo com dados do Ilanud. Ou seja, o universo de jovens que cometem crimes é pequeno e, dentro dele, a proporção dos que cometem crimes contra a vida ou hediondos também é pequena.

TOTAL E EFETIVA PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE

Ação 1:

Os Governos concordaram em “Melhorar o acesso à informação, possibilitando aos jovens um maior aproveitamento de suas oportunidades de participação na tomada de decisões”.

São muito poucas as escolas e até mesmo os municípios que possuem boas bibliotecas e que estimulam a leitura no Brasil. O acesso à internet ainda consegue ser menos eficiente que o estímulo à leitura e o acesso a livros. Apenas uma parcela mínima da sociedade e, conseqüentemente, da juventude dispõe dos meios ideais para ter acesso a informações de qualidade. Os meios de comunicação no Brasil são muito comerciais e pouco comprometidos com a cultura e a política. As rádios comunitárias são um dos poucos meios de comunicação que podem ser utilizados para a transmissão de informações relevantes para as comunidades - e conseqüentemente para a juventude -, que possibilitam algum tipo de acesso a informações mais qualificadas. Mesmo assim, as concessões de rádios comunitárias são extremamente burocráticas e dificilmente conseguidas, além do que muitas rádios comunitárias são usadas por políticos locais para benefícios eleitorais próprios. Melhorar o acesso à informação, para se que possibilite aos jovens um maior aproveitamento de suas oportunidades de participação na tomada de decisão no Brasil, passa inevitavelmente por uma profunda reforma política nas comunicações e no estímulo ao acesso a computadores e conexões de internet. São necessárias políticas que não direcionadas exatamente para a juventude, mas que afetem diretamente a vida dos jovens brasileiros.

Ação 2:

Os Governos concordaram em “Desenvolver e/ou fortalecer oportunidades para que os jovens aprendam quais são seus direitos e responsabilidades”.

O que percebemos é que o desenvolvimento dessas oportunidades tem sido fotamente realizado pela sociedade civil através de projetos que estimulam o protagonismo juvenil. Isso faz com que as convocatórias realizadas pelo governo para a discussão de políticas públicas para juventude sejam respondidas em grande parte pelos jovens participantes de projetos de ONG`s, e não pela massa juvenil em geral. O ensino público não oferece condições para este tipo de aprendizagem. Dentro das escolas, os grêmios estudantis vêm se constituindo como os únicos, ou pelo menos os principais, espaços de discussão e aprendizagem sobre direitos, responsabilidades e políticas públicas no Brasil. Aqui, se verifica a importância do apoio ao associativismo juvenil para melhorar e ampliar a participação juvenil.

Ação 3:

Os Governos concordaram em “Encorajar e promover associações juvenis através do apoio financeiro, educacional e técnico e da promoção de suas atividades”.

Não se verifica nenhum tipo de ação governamental, nas esferas municipal, estadual ou federal que tenha como propósito estimular o surgimento de associações juvenis ou fortalecer as já existentes. Todos os programas existentes na esfera federal têm como foco o jovem enquanto indivíduo, e não a juventude enquanto grupo que age também coletivamente. Até mesmo o programa Jovem Empreendedor, cujo projeto dificilmente será realizado por apenas uma pessoa, tem como foco o indivíduo empreendedor e não o empreendimento e a equipe que nele trabalha - o que só fortalece a lógica do individualismo e da competição. Todas as ações existentes não são capazes de estimular a participação juvenil na sociedade, mas têm como foco a educação, geração de emprego e renda para o indivíduo jovem. No âmbito dos estados as ações, também focadas no indivíduo, têm por principal objetivo a redução de violência. Mesmo na sociedade civil não se vê muitas ações voltadas para o apoio e ao fortalecimento de associações juvenis.

Apesar de algumas iniciativas estarem surgindo desde 2002, ainda são em número muito pequeno e atuando em áreas geográficas muito específicas. Achamos extremamente importante o apoio ao associativismo juvenil por considerarmos que o fato de jovens, enquanto indivíduos, poderem espontaneamente estar se associando uns aos outros na defesa de diferentes causas (sociais, políticas, econômicas, ambientais, culturais e até mesmo juvenis) significa, por si só, a própria PARTICIPAÇÃO social acontecendo. Claro que ainda seria uma participação social, ou seja, na sociedade, mas que abre caminho para uma participação nos espaços públicos governamentais de forma mais qualificada, pois esta participação seria fruto de um trabalho em grupo, coletivo e conseqüentemente mais qualificado.

Um processo interessante ocorreu no âmbito do Programa Nacional do Primeiro Emprego, quando o Ministério do Trabalho e Emprego organizou 2 consultas públicas às organizações de juventude, envolvendo cerca de 30 organizações de juventude de várias partes do país.

Ação 4:

Os Governos concordaram em “Priorizar as contribuições dos jovens na criação, implementação e avaliação de planos e políticas nacionais que afetem as suas vidas”.

No campo das políticas públicas de juventude no Brasil, apesar do processo estar sendo muito apressado e confuso, algumas ações por parte do governo brasileiro vem sendo tomadas para garantir a participação da juventude, mesmo que esta participação ainda seja a participação de indivíduos, que, apesar do conteúdo que carregam, não têm muita voz sozinhos.

Mas quais seriam de fato os planos e as políticas nacionais que afetam a vida da juventude? Seriam apenas as políticas públicas para juventude? Planos, programas e políticas que não são direcionados exclusivamente à juventude também a afetam, e muito; Políticas econômicas, políticas ambientais, políticas de saúde pública política de saneamento e tantas outras. A juventude é parte da sociedade, e, como tal, todo e qualquer plano, programa e política que afete a sociedade também afetará a juventude. No campo das políticas não ditas de juventude não tem havido muito estímulo para a participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação.

É importante estabelecer a diferença. Políticas públicas PARA juventude são aquelas políticas voltadas para esta camada etária da população. Algo distinto, que ainda é um desafio para a compreensão de muitos atores da sociedade, inclusive os governos, são as políticas públicas DE juventude, que são as políticas públicas propostas pela juventude, não necessariamente voltadas para si mesma, mas sim PARA a sociedade em geral em todos os seus campos e complexidades.

Ação 5:

Os Governos concordaram em “Encorajar a cooperação e intercâmbio de experiências entre organizações de juventude nos âmbitos nacional, regional e internacional”.

A discussão de juventude no Brasil é muito recente e, por enquanto, o foco da participação está no jovem enquanto indivíduo, assim a maior parte das ações dos governos está centrada em políticas emergenciais de inclusão de jovens. Ainda não percebemos esforços para a formulação de políticas para fortalecer e estimular o associativismo juvenil, tampouco ações e políticas para estimular a cooperação e o intercâmbio de experiências entre organizações de juventude. Algumas iniciativas ainda muito recentes e autônomas de redes e fóruns têm surgido por incentivo de agências de cooperação internacional e fundações doadoras de recursos, mas sem apoio direto de políticas do governo brasileiro.

Talvez o Conselho Nacional se configure como um espaço que possa ajudar nessa articulação. A Secretaria Nacional de Juventude já estuda a promoção de uma Campanha Nacional de Mobilização pela Inclusão de Jovens. Se essa proposta for executada, será aberta a possibilidade de envolver grupos sociais que, por não estarem em situação de extrema vulnerabilidade, não são atendidos pelos programas emergenciais do Governo, mas podem ser grandes parceiros no atendimento a suas comunidades.

Ação 6:

Os Governos concordaram em “Fortalecer o envolvimento dos jovens em fóruns internacionais, considerando a inclusão dos mesmos em suas delegações oficiais, especialmente na Assembléia Geral”.

Com a ausência de uma referência central no Governo para tratar de assuntos ligados à juventude só resolvida recentemente, o acúmulo de participações juvenis em encontros internacionais foi sempre incompleta e aquém do que poderia ser. Já ocorreram experiências de inclusão de delegados jovens nas delegações oficiais para encontros temáticos, como a Comissão de Desenvolvimento Sustentável e a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, mas esses dois processos ocorreram tortuosamente, exigindo alta dedicação do grupo a ser incluído. Mesmo assim, a inclusão ocorreu apenas em relação ao credenciamento, pois não houve apoio financeiro para a participação efetiva dos delegados jovens.

A participação de delegados jovens na Assembléia Geral das Nações Unidas é algo ainda inédito, mas o Secretário Nacional de Juventude se comprometeu a levar um membro do Conselho Nacional de Juventude – que ainda não está definido – na delegação deste ano.

Ação 1:

Os Governos concordaram que “Nós acreditamos que garantir que a globalização se torne uma força positiva para todas as pessoas do mundo é um desafio central que enfrentamos hoje”.

Ação 2:

Os Governos concordaram que “A responsabilidade pela administração do desenvolvimento econômico e social, assim como pela ameaça à paz e segurança internacional, deve ser dividida entre as nações do mundo e exercida de forma multilateral”.

Ao realizar este importante trabalho, pudemos constatar que no Brasil, de modo geral, não existem programas oficiais sobre os efeitos da globalização. Tampouco sobre os efeitos da globalização nos jovens brasileiros. Existem teses acadêmicas, e algumas pesquisas realizadas pela ONU e outros organismos internacionais, bem como ONGS que se propõem a estas discussões, porém não sabemos se o governo tem algum acesso ao que se discute quanto a situação do jovem no Brasil dentro dessa temática.

Não temos conhecimentos se existem programas ou políticas específicos focados nos efeitos da globalização. Se existem, estas informações não estão sendo divulgadas de maneira transparente e de fácil acesso. Inclusive nos cursos de Relações Internacionais há uma forte discussão bastante ampliada questionando se o Brasil estaria capacitado e, principalmente, se teríamos quadros capacitados para discutir, ampliar e formular políticas públicas de globalização.

Pesquisas realizadas especificamente no Brasil sobre os efeitos da globalização nos jovens não existem. Se existem não temos informações e não estão sendo amplamente divulgadas para a sociedade. É importante registrar que o Fórum Social Mundial - evento realizado anualmente no Brasil que congrega vários ativistas de vários lugares do planeta - realizou pesquisa na área da globalização em parceria com a empresa de consultoria e pesquisa canadense *Environics International*, mas não especificamente sobre seus efeitos. A pesquisa passou por 15 países, todos do “grupo dos 20”, e entrevistou mais de 15.000 jovens.

No início de 2005 o governo brasileiro criou seu primeiro organismo nacional de juventude: a Secretaria Nacional. Considerando que até pouco tempo o Brasil era o único país da América Latina que não tinha um organismo do governo oficial para tratar das políticas públicas de juventude, já avançamos e muito. Porém ainda não temos condições de avaliar se os programas empreendidos pelo governo serão eficientes e estratégicos no trato

das questões da juventude e da globalização. É extremamente necessário fazer o monitoramento desses futuros programas.

Atualmente, o governo reconhece que as políticas públicas desenvolvidas por seus organismos ministeriais são programas que tratam a questão da juventude de maneira horizontal quando deveriam ser criadas políticas públicas verticais, permitindo ao jovem ser protagonista dessas ações. Várias outras instituições da sociedade civil organizada participam ativamente com as ações de interesse dos jovens. Contudo, o governo brasileiro não possui um organismo ou um fórum nacional específico que discuta com a população juvenil as políticas comerciais. Tampouco temos conhecimento de medidas para eliminar os impactos negativos da globalização no desenvolvimento da juventude.

Ação 3:

Os Governos concordaram em “Criar um ambiente – nacional e internacionalmente – que conduza ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza”.

Ação 4:

Os Governos concordaram em “Desenvolver e implementar estratégias que permitam aos jovens, em qualquer local, ter um trabalho decente e produtivo”.

No Brasil quem realmente promove a discussão sobre globalização e seus efeitos na sociedade é o Fórum Social Mundial. O Fórum é realizado anualmente e em sua carta de princípios se propõe a tratar da globalização. Vários jovens de toda parte do mundo se reúnem no Fórum Social Mundial e participam de oficinas e grupos de trabalho que abrangem várias áreas temáticas.

Muito pouco se avançou no Brasil em termos de discussão sobre a globalização e seus efeitos relacionados principalmente à juventude. É necessário mantermos um constante monitoramento sobre esta questão. Em um contexto geral, a globalização é tão importante quando a garantia da educação, da saúde etc. Mas é necessário criar políticas públicas sólidas para implementar e acompanhar essa globalização. Não podemos deixar de lado a soberania nacional; muito menos avançar tecnologicamente em detrimento do jovem não assistido com condições mínimas de sobrevivência.

Ação 1:

Os Governos concordaram que “Deve-se encorajar, até 2005, que seja incluída a necessária capacitação no desenvolvimento de estratégias nacionais, considerando as diferentes circunstâncias nacionais”.

No Brasil, o rápido crescimento da Informática e das demais tecnologias de comunicação que compõem as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) têm motivado tanto o governo quanto a sociedade civil organizada a desenvolver programas e projetos com o objetivo de capacitar a juventude brasileira aos desafios da emergente Sociedade da Informação.

Neste ano de 2005 o governo federal busca consolidar programas e ações focados no desenvolvimento transdisciplinar das muitas linguagens e também dos aspectos multiculturais do país, visando, principalmente, criar possibilidades de inclusão para aqueles que não têm acesso ao estudo e ao trabalho, os jovens, em sua maioria.

O governo federal tem criado estratégias de comunicação Inter-ministeriais, ainda que falhas, para envolver a juventude nas ações promovidas pela sociedade civil e pelos governos em escala municipal, estadual e federal, como por exemplo, a página na internet do C&T Jovem (<http://ctjovem.mct.gov.br>) desenvolvida pelo Ministério da Ciência (MCT) e Tecnologia.

Dentre os Programas de inclusão digital do governo, o mais conhecido é o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), da Secretaria de Educação à Distância do Ministério da Educação (Seed/MEC). Mas é importante ressaltar o Casa Brasil, que conta com um espaço multimídia; também o sub-programa do MEC chamado Ciência de Pés no Chão, que se utiliza das TICs para lidar com a temática de Meio Ambiente e que tem também o objetivo de informatizar escolas e capacitar professores e alunos, uma demanda da juventude surgida em 2003 durante a 1ª Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente; e também as atividades promovidas pelas Salas Verdes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), um programa criado no ano 2000 que, apesar dos baixos recursos, busca equipar espaços utilizados para a realização de cursos de Educação Ambiental.

Uma pesquisa da IBOPE//NetRatings mostrou que em fevereiro de 2005, 11 milhões de pessoas navegaram pela internet a partir de suas residências, numa média diária de 28 minutos e 21 segundos navegando pelas páginas da rede mundial de computadores. A população do Brasil é superior a 180 milhões de pessoas, em sua maioria formada por jovens aptos a se dedicar a atividades construtivas. Por mais que o rádio ou a televisão atinjam quase a totalidade do território nacional, o país ainda está muito longe da democratização dos meios de comunicação e também do uso consciente e democrático da internet.

Ação 2:

Os Governos concordaram em “No contexto das estratégias nacionais, incluir as necessidades especiais dos idosos, dos portadores de deficiências, das crianças, especialmente as marginalizadas, e de outros grupos em desvantagem e marginalizados, tomando as devidas medidas educacionais, administrativas e legislativas para garantir a inclusão completa destes grupos na sociedade da informação.

Um exemplo a se registrar são os Pontos de Cultura, lançados no segundo semestre de 2004, que fazem parte do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura (MinC). O MinC selecionou 262 projetos propostos por ONGs visando atingir 1,7 milhão de pessoas em comunidades carentes, em sua maioria compostas por jovens. Para 2005, pretende-se ampliar o número de projetos aprovados para mais de 600, com recursos da ordem de R\$ 37,0 milhões destinados a implantação e manutenção de equipamentos e demais envolvidos nestes projetos. Os projetos começaram por iniciativa do setor de Políticas Digitais do Ministério, que representa uma gama de ações que partem do conceito de que a revolução das tecnologias digitais é essencialmente uma revolução cultural a ser garantida a partir da sustentação política e financeira de cada ação realizada, mobilizando as comunidades na produção de bens culturais com a finalidade de geração de renda.

Atualmente, se observa com freqüência a existência de jovens bem preparados tecnicamente, principalmente em relação à utilização das ferramentas modernas de comunicação, mas que não dominam o conhecimento da história, da geografia e da língua falada e escrita. Isso que demonstra a formação deficiente de grande parcela da juventude brasileira nas chamadas humanidades, fato a ser encarado pela sociedade civil organizada como um desafio para que valores plurais e democráticos sejam plenamente alcançados. As iniciativas nessa área têm sido viabilizadas aos poucos com o apoio de ONGs, empresas e governos.

É bom frisar que, de maneira geral, mesmo as últimas inovações tecnológicas - como acompanhamento do Sistema Brasileiro de TV Digital -, as decisões governamentais em relação às TICs e os eventos realizados no país sobre o assunto são tratados de maneira superficial pela imprensa brasileira.

Ação 4:

Os Governos concordaram em “Desenvolver políticas domésticas para garantir que as Tecnologias de Informação e Comunicação sejam integradas aos projetos de educação e treinamento em todos os âmbitos, incluindo o desenvolvimento de currículos, treinamento de professores e administração institucional.”

Nessa linha, temos iniciativas governamentais como o Ciência de Pés no Chão, que se utiliza das TICs para lidar com a temática de Meio Ambiente e que tem também o objetivo de informatizar escolas e capacitar professores e alunos. Também há as Salas Verdes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), um programa criado no ano 2000 que, apesar dos baixos recursos, busca equipar espaços utilizados para a realização de cursos de Educação Ambiental.

As organizações de juventude brasileiras estão estruturando redes de contatos, muitas vezes apoiadas em atividades oficiais do Estado, como é o caso da REJUMA (Rede de Juventude para o Meio Ambiente e Sustentabilidade) e da RENAJU (Rede Nacional de Organizações e Movimentos de Juventude), cujos articuladores jovens enfrentam sérias dificuldades para ter acesso e também para arcar com os gastos relativos à interatividade proporcionada pela estrutura de telecomunicações disponível.

A sociedade brasileira tem se solidarizado e incentivado muito atividades relacionadas às TICs, principalmente projetos em escolas, creches e manicômios, apoiados no conceito de educomunicação amplamente desenvolvido na última década. Isso também é visível com relação a programas de inclusão digital mais pontuais, como a construção de telecentros equipados com redes de computadores, ou mesmo de barcos-escola equipados com computadores conectados à Internet para atenderem comunidades ribeirinhas.

Ação 5:

Os Governos concordaram a “Trabalhar para remover as barreiras de gênero na educação e desenvolver treinamento para a Tecnologia de Informação e Comunicação, promovendo oportunidades iguais para meninas e mulheres”.

Ação 3:

Os Governos concordaram em “Encorajar a elaboração e a produção de equipamentos e serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação para que todos, incluindo idosos, portadores de deficiências, crianças, especialmente as marginalizadas, e outros grupos em desvantagem e marginalizados, possam acessá-los com facilidade e viabilidade.

- A faixa da população mais afetada, desde o surgimento da epidemia no País, tem sido a de 25 a 39 anos. Em 2001, quase metade de todas as infecções novas aconteciam em menores de 18 anos e, aproximadamente, 11 milhões de jovens viviam com o HIV. Haja vista o período de incubação do HIV, nota-se que os/as jovens estão se infectando entre os 15 e 25 anos, em sua maioria.

Fonte: UNESCO, 2002.

Ação 1:

Os Governos concordaram em “Garantir, até 2003, o desenvolvimento e a implementação de estratégias e planos de financiamento nacionais multi-setoriais para o combate à AIDS”.

Ação 2:

Os Governos concordaram em “Integrar, até 2003, prevenção, cuidado, tratamento, apoio e diminuição dos impactos da AIDS ao plano de desenvolvimento nacional”.

Atualmente existe um projeto que o Governo Federal apóia, denominado “Saúde e Prevenção nas Escolas”, onde se trabalha questões inerentes à sexualidade, também com a disponibilização gratuita de preservativos. Trabalhando em eventos estratégicos como o carnaval. Além de se trabalhar a prevenção à Aids também se trabalha com o intuito de oferecer subsídios para a melhoria da qualidade de vida das pessoas soro-positivas. A maior parte do trabalho é desenvolvido por organizações majoritariamente formadas por jovens, tanto soro-positivos como por não-soro-positivos, devido ao grande potencial que os jovens tem em atuarem de forma efetiva nas questões de cunho assistencial.

Ação 3:

Os Governos concordaram em “Estabelecer, até 2003, objetivos nacionais para atingir o objetivo internacional de prevenção que consiste em até 2005 reduzir em 25% a prevalência da AIDS em jovens mulheres e homens, com idade entre 15 e 24 anos, que vivem nos países mais afetados; e em 25% globalmente, até 2010.

A questão da discriminação ainda é um fator preocupante, principalmente porque faltam investimentos para se oferecer um atendimento de qualidade aos jovens portadores do HIV, e isso desencadeia uma série de fatores negativos. Projetos estão sendo

desenvolvidos para tentar diminuir os índices de discriminação frente ao jovem portador do HIV, apesar de poucos eles estão tendo resultados muito satisfatórios.

Ação 4:

Os Governos concordaram em “Garantir, até 2005, que pelo menos 90% e até 2010, que pelo menos 95% das jovens mulheres e homens entre 15 e 24 anos tenham acesso a informação, educação, especificamente educação para jovens, e serviços necessários para o desenvolvimento das habilidades necessárias para a redução da vulnerabilidade à infecção do vírus HIV. Isto deve ocorrer em total parceria com os jovens, pais, famílias, educadores e provedores dos serviços de saúde.”

Apesar de poucos, os projetos estão gerando grandes resultados, como o projeto “Saúde e Prevenção nas Escolas”,. Como são desenvolvidos dentro de instituições de ensino fundamental e médio, contemplam um grande quantitativo de jovens. Além desse fator, existe na grade curricular das instituições públicas a chamada parte diversificada(PD), onde se trabalham temas transversais, incluindo sexualidade - indo de perspectivas psicoafetivas e socioculturais até questões de gênero. Trabalha-se com a disponibilização gratuita de preservativos no âmbito escolar e outros insumos de prevenção. Alguns projetos, além da disponibilização, também trabalham com aconselhamento e encaminhamento dos jovens ao especialista se caso necessário, mas são geralmente gerido por ONGs.

Nesse processo nós estamos tendo como pontos negativos: a dificuldade de expansão de projetos por falta de recursos financeiros; resistência por parte dos docentes e direção das instituições de ensino; além da má formação dos docentes.

E como pontos positivos está a diminuição nos índices de DST/AIDS e o incentivo ao protagonismo juvenil, dessa forma aumentando de forma notória as áreas de atuação e diminuindo os riscos diante das vulnerabilidades a que os jovens estão expostos.

Ação 5:

Os Governos concordaram em “Desenvolver até 2003 e implementar até 2005 políticas e estratégias nacionais para: construir e fortalecer as capacidades governamentais, familiares e comunitárias; promover um meio ambiente favorável para meninas e meninos órfãos infectados e afetados pela AIDS, incluindo a existência de serviços de aconselhamento e apoio psico-social; garantir-lhes o acesso a educação, habitação, alimentação, serviços sociais e de saúde como a qualquer outra criança; proteger os órfãos e crianças vulneráveis de todas as formas de abuso, violência, exploração, discriminação, tráfico e perda de patrimônio”.

Só conhecemos programas não governamentais que promovem um meio ambiente mais adequado possível para meninas e meninos órfãos infectados e afetados pela AIDS, e não programas governamentais.

Os jovens e as organizações da juventude estão envolvidos de forma efetiva, incluindo o jovem soro-positivo, na implementação e gestão dos projetos que visão trabalhar a prevenção do HIV/AIDS, para assegurar os direitos dos portadores do HIV.

Estamos obtendo resultados muito importantes devido ao trabalho desempenhado pelos jovens, que têm um poder de mobilização muito grande. Um dos maiores problemas ainda está ligado a falta de recursos para desenvolvimento dos projetos.

JUVENTUDE E PREVENÇÃO DE CONFLITOS

Com 310 mil integrantes, as Forças Armadas brasileiras têm 68% de seu efetivo composto por soldados, dos quais quase 94.000 são recrutadas entre 18 e 19 anos de idade ou alunos de centros de treinamento e escolas militares.

O Brasil não é um país que sofre com conflitos militares envolvendo crianças e jovens. No entanto, temos outros conflitos: os conflitos civis. Nesse tipo de conflitos, temos o seguinte panorama no Brasil:

- No Rio de Janeiro há situação iminente de Guerra Civil. O tráfico de drogas e a polícia corruptível são as principais causas;
- Em São Paulo e Porto Alegre existem quadrilhas de traficantes. Porém não chegam à proporção carioca, onde a criminalidade chegou a sua forma suprema de prepotência, assumindo o rosto da normalidade;
- Manaus possui cassinos clandestinos;
- No Paraná e na Amazônia o contrabando tem estacas fincadas na administração;
- Em Goiás, no Mato Grosso, no Pará e no sul do Maranhão há pistoleiros a serviço de proprietários de terra .

Nenhum desses conflitos se caracteriza como militar, porém todos eles afligem a ordem e podem contar com a ajuda do exército na sua resolução, como já aconteceu no Rio de Janeiro. Como causas, podemos destacar o tráfico de drogas como o mais relevante causador de conflitos armados, mas não podemos esquecer da questão agrária, incluindo o trabalho escravo.

Ação 1:

Os Governos concordaram em “Tomar todas as medidas possíveis para garantir que os membros de suas forças armadas que não tenham completado 18 anos não participem diretamente dos conflitos”.

Ação 2:

Os Governos concordaram em “Garantir que as pessoas que ainda não tenham completado 18 anos não sejam recrutadas, compulsoriamente, pelas forças armadas”.

No Brasil, a Lei 4.375/64 (Lei do Serviço Militar) proíbe o uso de crianças e menores de idade como soldados, à medida em que estabelece que a obrigação para com o Serviço Militar começa no dia 1º de janeiro do ano em que o jovem completa 18 anos de idade. Contudo, o jovem só presta o Serviço Militar no ano em que completa 19 anos. No entanto, nos conflitos identificados no país, muitas vezes encontramos crianças e jovens como “soldados” do tráfico de drogas.

As principais causas de conflitos no Brasil são o tráfico de drogas, a questão agrária e o trabalho escravo. Em relação ao tráfico de drogas existem programas governamentais e não-governamentais e divisões da polícia que tratam somente desse tópico. O governo tem campanhas publicitárias contra as drogas, que atingem o usuário e não o traficante. A maioria das ONG's que atua nessa área se concentra na recuperação de pessoas drogadas. Esse fato se dá pela dificuldade em se impor algum projeto dentro da favela, contra os próprios criminosos, considerando a soberania que eles garantiram dentro da mesma.

Quanto à questão agrária e ao trabalho escravo, existem também programas governamentais e não-governamentais. Podemos citar ainda o Movimento Sem Terra. Para a ainda existente escravidão tem-se o Grupo de Pesquisa sobre o Trabalho Escravo da UFRJ, e o Ministério do Trabalho mantém o Grupo Especial de Fiscalização Móvel com a OIT. A mesma OIT lançou este ano uma Campanha pela Erradicação do Trabalho Escravo. No ano passado, foi criado o Comitê de Combate ao Trabalho Escravo na região Norte e Noroeste Fluminense, em seminário organizado pelo MST, a Uenf, a UFF e a Comissão Pastoral da Terra. Os jovens ainda estão pouco envolvidos no planejamento, implementação e avaliação destes programas.

Na questão da desmobilização, temos um programa chamado "Soldado Cidadão". O projeto faz parte do Programa Primeiro Emprego e tem como objetivo proporcionar a parte da população jovem brasileira (de perfil sócio-econômico carente) cursos de capacitação profissional que possibilitem melhores perspectivas de ingresso no mercado de trabalho e que complementem a formação cívica.

O Soldado Cidadão está ligado ao Programa de Desmobilização de Militar Temporário, incluindo aqueles que estão prestando o Serviço Militar Inicial. O objetivo é oferecer aos militares a oportunidade de freqüentar um curso profissionalizante, criando melhores condições de competir no mercado de trabalho. Durante a participação no programa, eles recebem um salário mínimo mensal. Os cursos oferecidos abrangem diversas áreas - dentre as quais Telecomunicações, Automobilística, Alimentícia, Construção Civil e Artes Gráficas - e levam em consideração as demandas regionais e a vocação manifestada pelo jovem. Além dos Ministérios da Defesa e do Trabalho e Emprego, participam do Projeto Soldado Cidadão, o Exército, a Fundação Cultural Exército Brasileiro (Funceb), a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), essas duas últimas por intermédio do Senac e Senai, respectivamente.

No que diz respeito à prevenção à AIDS, há uma iniciativa dos Ministérios da Defesa e da Saúde, do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (Unaid) e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) para: a orientação de recrutas e jovens militares das Forças Armadas brasileiras; a prevenção de HIV e AIDS no meio militar; e o atendimento das demandas de populações carentes em locais de difícil acesso, como áreas de fronteira e a região amazônica. São beneficiados pelas atividades o Exército, a Força Aérea e a Marinha, incluindo recrutas e alunos dos respectivos centros de treinamento e bem como pessoal designado para servir em missões de paz no exterior.

Como não enfrentamos uma situação de guerra há muito tempo, praticamente inexistem leis e programas nesse sentido. No entanto, há uma necessidade de adaptar programas e leis já existentes, dando-lhes um enfoque em investimento a longo prazo em educação, apoio psico-social, treinamento vocacional e outros tipos de apoio para as famílias e comunidades vítimas dos conflitos civis existentes no Brasil hoje. Há ainda necessidade de um estudo sobre tais conflitos, para que possamos concluir como os programas podem ser adaptados a essa realidade.

Dentro do panorama de conflitos no Brasil, o jovem não tem seus direitos preservados nas negociações pela paz e na construção da paz. Muitas vezes, temos crianças armadas nos morros e favelas, em função do tráfico de drogas. Pouco se tem feito para reverter este quadro. Organizações Não-Governamentais desenvolvem um trabalho para garantir que direitos e preocupações dos jovens nessa situação sejam preservados e considerados. Como já dissemos, não há uma real preocupação ainda com esse tipo de conflitos no Brasil. Quando se fala em conflitos, a primeira coisa que se vem à mente são guerras, com exércitos, tanques e bombas. Porém, podemos não ter uma guerra no Brasil, mas vivemos uma situação de guerrilha, uma situação onde em alguns lugares o poder de polícia não tem nenhum efeito e é exercido pelos traficantes. Nas comunidades sujeitas a esse tipo de conflitos, muitas vezes encontramos jovens desenvolvendo ações e projetos para tentar reverter esse quadro. No entanto, não há um mapeamento dessas ações.

Participaram do processo de construção deste documento:

Adriano Black Zanetti – Grupo GEO Juvenil / Rede Kwarup – liderança e juventude
Alessandro Ponce de Leon – Rede de Emprego de Jovens / Universidade da Juventude
Allan Pyetro – JPSDB/SC
Ana Adeve – Jovens Feministas de SP / União de Mulheres de SP / Rede Jovens Brasil / REDLAC
Ana Angélica – Academia de Desenvolvimento Social / Delegada BID Juventud
Arthur Ambrogi – Instituto SincroniCidade para a Interação Social – ISPIS / KOMUNIKI – Agência de Criatividade
Augusto Cuginotti – Ellerni – Comunidade de Aprendizado
Camila Godinho – Grupo Interagir / Grupo GEO Juvenil / TUNZA – PNUMA / Delegada BID Juventud / Rede de Jovens pelo Meio Ambiente – REJUMA / Youth Caucus SDC
Carla Hirata – Grupo Interagir
Carolina Paiva – União dos Escoteiros do Brasil – UEB / ISPIS
Clóvis Henrique – Grupo Interagir
Diogo André – Grupo Interagir / Youth Caucus WSIS
Daniela Melo – Rede Jovens Brasil
Daniel Cara – Instituto Sou da Paz
Daniel Miranda – Rede de Protagonismo Juvenil da Bahia
Fabício Oliveira – JPSDB/SC
Felipe Rabello – Grupo Interagir / Peace Child International
Fernando Alves – Grupo Atitude
Filipe Mello – JPSDB/SC
Franciele de Assis Lima – Grupo Interagir
Isis Lima Soares – Projeto Cala-Boca já Morreu / REJUMA / Juventude DNA Brasil
Jadiel Alves – ISPIS / KOMUNIKI
João Felipe Scarpelini – Peace Child International – PCI / Rede KWARUP / REJUMA / World Youth Citizens – WYC
Josbertini Clementino – Comunidade Empreendedores de Sonhos / Terra da Sabedoria / REJ / Conselho Consultivo Consórcio Social Primeiro Emprego – CE / Universidade da Juventude
Juliano Demaria – JPSDB/SC
Kathia Dudyk – Instituto Paulo Freire
Leandro Vieira – Reprolatina
Leonardo Jianoti – Agência de Notícias YBNEWS / Rotaract / Peace Child International
Luã Gabriel Sobrenome!!!! – Argonautas / Grupo de Trabalho Amazônico – GTA / REJUMA / REJ
Luísa Molina – Grupo Interagir
Maggie Diaz – Reprolatina
Marcelo Costa – Rede Youth Employment Summit – YES Brasil / REJ
Márcia Oliveira – Jovens Feministas de SP / Movimento Hip de la Hop/ Rede Coletivo Jovem Aprendiz-Comgaz.
Maria Thereza Teixeira – ARCA / Grupo GEO Juvenil / REJUMA

Mariana Rosa – Rede Kwarup / PCI
Marina Macedo – Academia de Desenvolvimento Social
Mateus Fernandes – Grupo Interagir/ Grupo GEO Juvenil / International Youth Parliament – IYP / Youth Caucus WSIS
Michelle Réquia Marques – Reprolatina
Miriam Mangueira – Rede YES Brasil
Nathália Dias Petrovich – Peace Child International
Nielsen Ubiratã – JPSDB/SC / Instituto Rana
Paula Batista – Arte Geral de Curitiba
Patrícia Paiva – Ágere – Cooperação em Advocacy
Rangel Mohedano – ISPIS/ Grupo GEO Juvenil / REJUMA / KOMUNIKI
Renata Florentino – Grupo Interagir / IYP / Delegada BID Juventud / Youth Development and Peace Network – YDP
Ricardo Stuber – União dos Escoteiros do Brasil
Rodolfo Estima dos Reis – E-JOVEM
Rodrigo Delmasso – Federação Nacional dos Estudantes de Administração – FENEAD / REJ
Rui Mesquita – Academia de Desenvolvimento Social
Vitor Massao – KOMUNIKI / Ellerni / ISPIS

Organizações envolvidas nas atividades:

Ação Social da Paróquia São Brás - ASPASB
Articulação de Políticas Públicas da Bahia
AVANTE
Centro de Cultura, Orientação e Estudos Quilombo – COEQuilombo
CIPÓ – Comunicação Interativa
Conselho Tutelar de Salvador
Coordenadoria dos Direitos da Juventude de Salvador
Gabinete da Deputada Estadual Lídice da Mata
Grupo Unido Pela Prevenção – GUP
Instituto da Juventude do Baixo Sul da Bahia
Rede de Jovens do Nordeste
Rede Interinstitucional Para Articulação de Políticas Públicas
Rede Sou de Atitude